



Balanço Geral da União

Anexo 11

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

36000 Ministério da Saúde

0008 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

GERENTE: DENISE COSTA COITINHO

Objetivo: Reduzir e controlar a desnutrição, as carências por micronutrientes nos serviços de saúde e promover a alimentação saudável nos diferentes ciclos de vida

0357 (OE) ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À FAMÍLIA VISANDO À COMPLEMENTAÇÃO DA RENDA PARA MELHORIA DA NUTRIÇÃO - BOLSA-ALIMENTAÇÃO

Produto:	BOLSA ALIMENTACAO CONCEDIDA	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Saúde		
Físico	1.443.667,0	1.443.667,0	100,0 %	1.623.000,0	1.386.500,0	85,4 %
Financeiro	512.434.082	152.434.082	29,7 %	300.000.000	151.999.968	50,7 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (1.386.500,0) Financeiro (R\$ 151.999.968)
O Bolsa-Alimentação se trata de uma ação recente cujo lançamento oficial ocorreu em 17 de setembro de 2001. Até o final de 2002, pretendia-se atender 1.623.000 beneficiários. A meta é qualificar todos os 5.561 municípios brasileiros até o final de 2003 e alcançar 3,562 milhões de beneficiários que estejam em risco nutricional e pertençam à faixa populacional de renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo: 2,760 milhões de crianças de 6 meses a 6 anos de idade e 802 mil gestantes e nutrízes. O Bolsa-Alimentação tende a ser o carro-chefe do combate à desnutrição no Brasil. O atendimento a 100% do público-alvo do Programa em 2003, certamente, representará um avanço expressivo no combate à desnutrição no País. Em 2002, foram envidados grandes esforços visando apoiar e estimular os municípios no sentido de acelerar o cadastramento dos beneficiários, como forma de ampliar o Bolsa-Alimentação. No final de 2002, 1.386.000 beneficiários estavam sendo atendidos pelo Programa, o que representa a contemplação de cerca de 39% do público-alvo do Bolsa-Alimentação e 85% da meta prevista para 2002 na LOA. É importante ressaltar outras variáveis que mostram o esforço desenvolvido pelo CGPAN para a implantação do Programa Bolsa-Alimentação em todo País. Existem 4.110 municípios com beneficiários recebendo a Bolsa o que representa 73,90% dos municípios do País. Em relação à adesão dos municípios, 91,18% dos municípios do País, já manifestaram expressamente o desejo de se inserir no Programa. Deve-se ressaltar que a execução financeira do Bolsa-Alimentação não corresponde à execução física. Este lapso entre execução física e execução financeira ocorre devido ao processo de cadastramento das famílias, no nível municipal, através da estratégia do "Cadastro Único de Famílias de Baixa Renda para Programas Sociais". Uma vez cadastradas, as informações são enviadas à Caixa Econômica Federal, responsável pela centralização deste banco de dados, em nível federal, e posterior pagamento dos beneficiários. O ritmo da inserção gradativa das famílias e dos municípios no Bolsa-Alimentação influi para a execução financeira abaixo do esperado. Devido ao atraso, muitas famílias só receberam o benefício nos últimos meses do ano. Por isso, foi possível atingir um número maior de famílias com uma menor execução financeira, o que não ocorreria caso a bolsa alimentação fosse concedida ao mesmo número de famílias desde o início do ano. Dai a diferença entre os dados de execução física e financeira.

4294 (A) ATENDIMENTO A CRIANÇAS, GESTANTES E IDOSOS, EM ÁREAS ENDEMICAS DE MÁ NUTRIÇÃO, COM MICRONUTRIENTES

Produto:	PESSOA BENEFICIADA	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Saúde		
Físico	39.118.538,5	11.156.445,0	28,5 %	6.000.000,0	3.350.000,0	55,8 %
Financeiro	5.642.114	3.694.114	65,5 %	2.000.000	1.981.480	99,1 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (3.350.000,0) Financeiro (R\$ 1.981.480)
O atendimento a crianças, gestantes e idosos, em áreas endêmicas de má nutrição, com micronutrientes é uma ação fundamental no escopo da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. A execução física não foi a desejada, entretanto está se enfatizando uma melhoria da operacionalização desta ação em 2003. O planejamento orçamentário de 2003 prevê o atendimento a 8.000.000 de pessoas. Deve-se ressaltar que a compra de Vitamina A e Sulfato Ferroso depende do quantitativo demandado pelos gestores estaduais. Os cálculos para a aquisição de micronutrientes no ano de 2002 basearam-se nos dados populacionais do IBGE projetados para aquele ano, para as faixas etárias a serem beneficiadas. Incluíram-se também na compra, as solicitações dos gestores estaduais para administração às puérperas atendidas nas Maternidades que participam do programa de controle da hipovitaminose A. É preciso levar em conta que os dados de execução da meta física apresentados referem-se apenas ao número de cápsulas fornecidas às crianças e às puérperas. Vários fatores locais, em nível de estado ou município, têm contribuído para o não atendimento da meta global, todavia, no sentido de não provocar falhas e atraso na distribuição, optou-se por solicitar a compra do número de cápsulas necessário ao cumprimento efetivo da meta global, uma vez que seu prazo de validade é de 3 (três) anos, não havendo problemas na utilização do estoque do ano anterior. Esclareça-se ainda que o saldo de cápsulas remanescentes do ano anterior encontra-se armazenado nos depósitos estaduais ou nos municípios, sendo mantido efetivo controle sobre os estoques existentes, para utilização nos casos de aumento da demanda ou de atraso na remessa.

3890 (P) ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE RECUPERAÇÃO NUTRICIONAL E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Produto:	ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Saúde		
Físico	93,0	77,0	82,8 %	20,0	33,0	165,0 %
Financeiro	8.549.118	5.688.418	66,5 %	3.100.000	3.080.187	99,4 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (33,0) Financeiro (R\$ 3.080.187)
A realização de um número maior de estudos deve-se ao redimensionamento dos valores dos projetos. O resultado foi uma quantidade maior de projetos com valores individuais menores

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Anexo 11

Balanço Geral da União

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

36000 Ministério da Saúde

0603 (OE) INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA AÇÕES DE COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS

Produto:	POPULACAO COBERTA	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Saúde		
Físico	3.059.668,0	1.862.988,0	60,9 %	922.544,0	112.833,0	12,2 %
Financeiro	412.420.406	412.420.406	100,0 %	107.300.000	96.183.915	89,6 %

Comentários:

No Estado de Rondônia - Fundo Nacional de Saúde (0011) Físico (1.215,0) Financeiro (R\$ 1.037.738)
O Artigo 16, §1º, da MP 2.206/01, prescreve que, com o início dos pagamentos do Bolsa-Alimentação, serão encerrados os repasses do Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde relativos ao Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais. Em virtude de grande parte dos municípios brasileiros estar inserida no Programa Bolsa-Alimentação em dezembro de 2002, torna-se inviável a manutenção de duas ações concomitantemente, Bolsa-Alimentação e ICCN, pois o Bolsa-Alimentação abrange o público-alvo do ICCN e representa o aprimoramento da estratégia de combate à desnutrição com uma operacionalização aperfeiçoada e bastante diferente do ICCN. O Ministério da Saúde publicou a Portaria MS/GM 1920/2002 prevendo que "não serão feitas novas qualificações de municípios ao Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais". Esta mesma Portaria dispõe que "a partir de janeiro de 2003, inclusive, serão encerrados os repasses a que se refere a Portaria GM-MS de 10 de junho de 1999, que trata do Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais - ICCN". Em 2002, objetivava-se a inserção de todos os municípios qualificados no ICCN no Programa Bolsa-Alimentação. Dessa forma, esperava-se que em dezembro de 2002, não houvesse mais municípios qualificados para recebimento dos recursos do ICCN. Os beneficiários do ICCN estariam sendo atendidos pelo Bolsa-Alimentação. Com a instituição do repasse fundo a fundo, em virtude da inserção do ICCN no Piso de Atenção Básica, foi possível alcançar também os municípios menores e mais distantes. Até dezembro de 2001 foram qualificados 5.127 municípios, com um total estimado da ordem de 880.000 crianças, gestantes e idosos atendidos. No final de 2001, o ICCN estava presente em 92% dos municípios brasileiros, atendendo 95% do total de 922.536 beneficiários estimados nos estudos preditivos. Durante o ano 2002, houve a redução gradativa do número de municípios qualificados para receber o ICCN. Conforme já exposto, em 2003, o ICCN será finalizado. É importante salientar que, durante o ano de 2002, o índice "população coberta" era maior que o atual e veio diminuindo gradativamente conforme o exposto acima. O valor informado como "Realizado 2002" corresponde apenas à população que ainda era coberta por esse incentivo ao final do ano, o que exclui um grande contingente coberto no decorrer de 2002, mas que, ao final, já estava sendo coberto pelo Bolsa-Alimentação. Em função disso, os valores percentuais de execução física e financeira apresentam-se tão discrepantes, posto que apenas o valor financeiro é cumulativo, ao passo que o valor físico representa apenas a população coberta no momento de informação do dado, número que foi sendo reduzido intencionalmente no decorrer do período.

No Estado do Acre - Fundo Nacional de Saúde (0012) Físico (58,0) Financeiro (R\$ 463.818)
No Estado do Amazonas - Fundo Nacional de Saúde (0013) Físico (5.159,0) Financeiro (R\$ 2.326.514)
No Estado de Roraima - Fundo Nacional de Saúde (0014) Físico (16,0) Financeiro (R\$ 152.430)
No Estado do Pará - Fundo Nacional de Saúde (0015) Físico (12.949,0) Financeiro (R\$ 8.632.908)
No Estado do Amapá - Fundo Nacional de Saúde (0016) Físico (55,0) Financeiro (R\$ 261.281)
No Estado de Tocantins - Fundo Nacional de Saúde (0017) Físico (567,0) Financeiro (R\$ 775.241)
No Estado do Maranhão - Fundo Nacional de Saúde (0021) Físico (6.189,0) Financeiro (R\$ 7.355.618)
No Estado do Piauí - Fundo Nacional de Saúde (0022) Físico (1.380,0) Financeiro (R\$ 3.375.178)
No Estado do Ceará - Fundo Nacional de Saúde (0023) Físico (141,0) Financeiro (R\$ 3.977.069)
No Estado do Rio Grande do Norte - Fundo Nacional de Saúde (0024) Físico (2.130,0) Financeiro (R\$ 2.228.963)
No Estado da Paraíba - Fundo Nacional de Saúde (0025) Físico (1.708,0) Financeiro (R\$ 2.088.764)
No Estado de Pernambuco - Fundo Nacional de Saúde (0026) Físico (9.645,0) Financeiro (R\$ 8.764.373)
No Estado de Alagoas - Fundo Nacional de Saúde (0027) Físico (667,0) Financeiro (R\$ 2.890.595)
No Estado de Sergipe - Fundo Nacional de Saúde (0028) Físico (999,0) Financeiro (R\$ 1.447.100)
No Estado da Bahia - Fundo Nacional de Saúde (0029) Físico (11.572,0) Financeiro (R\$ 14.273.125)
No Estado de Minas Gerais - Fundo Nacional de Saúde (0031) Físico (16.628,0) Financeiro (R\$ 9.239.286)
No Estado do Espírito Santo - Fundo Nacional de Saúde (0032) Físico (1.695,0) Financeiro (R\$ 1.339.565)
No Estado do Rio de Janeiro - Fundo Nacional de Saúde (0033) Físico (8.691,0) Financeiro (R\$ 3.899.186)
No Estado de São Paulo - Fundo Nacional de Saúde (0035) Físico (11.651,0) Financeiro (R\$ 6.542.300)
No Estado do Paraná - Fundo Nacional de Saúde (0041) Físico (3.049,0) Financeiro (R\$ 4.092.076)
No Estado de Santa Catarina - Fundo Nacional de Saúde (0042) Físico (1.376,0) Financeiro (R\$ 1.644.203)
No Estado do Rio Grande do Sul - Fundo Nacional de Saúde (0043) Físico (3.940,0) Financeiro (R\$ 3.506.942)
No Estado de Mato Grosso - Fundo Nacional de Saúde (0051) Físico (2.950,0) Financeiro (R\$ 1.701.121)
No Estado de Goiás - Fundo Nacional de Saúde (0052) Físico (3.356,0) Financeiro (R\$ 2.548.388)
No Distrito Federal (0053) Físico (3.491,0) Financeiro (R\$ 848.700)
No Estado de Mato Grosso do Sul - Fundo Nacional de Saúde (0065) Físico (1.556,0) Financeiro (R\$ 771.433)

3945 (P) PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE RECUPERAÇÃO NUTRICIONAL E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Produto:	EVENTO REALIZADO	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Saúde		
Físico	312,0	233,0	74,7 %	78,0	78,0	100,0 %
Financeiro	1.400.475	900.475	64,3 %	500.000	500.000	100,0 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (78,0) Financeiro (R\$ 500.000)
Os técnicos da CGPAN foram responsáveis pela capacitação de cerca de 19.000 profissionais de estados e municípios em 2002. Todos os estados foram visitados pelo menos duas vezes em 2002 por técnicos da CGPAN com o objetivo de capacitar os parceiros de estados e municípios.

Os técnicos da CGPAN foram responsáveis pela capacitação de cerca de 19.000 profissionais de estados e municípios em 2002. Todos os estados foram visitados pelo menos duas vezes em 2002 por técnicos da CGPAN com o objetivo de capacitar os parceiros de estados e municípios.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 11

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

36000 Ministério da Saúde

0023 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR

GERENTE: JOÃO GABBARDOS REIS

Objetivo: Promover o acesso equitativo e universal da população aos serviços ambulatoriais, emergenciais e hospitalares no Sistema Único de Saúde - SUS

4299 (A)	ASSISTÊNCIA MÉDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NÍVEIS DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DE PESQUISAS NO CAMPO DA SAÚDE - SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS <i>Ministério da Saúde</i>					
Produto:	LEITO OFERTADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	2.785,0	2.471,0	88,7 %	1.042,0	850,0	81,6 %
Financeiro	1.022.405.921	739.997.921	72,4 %	274.310.400	249.600.000	91,0 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (850,0) Financeiro (R\$ 249.600.000)
Vale destacar que durante o ano de 2002, foram realizados na Rede Sarah 1.333.658 atendimentos a pacientes, e um total de 15.958.871 procedimentos de assistência médica e reabilitação.

4306 (A) ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

Produto:	MUNICÍPIO HABILITADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			<i>Ministério da Saúde</i>
Físico	3.877,0	1.656,0	42,7 %	634,0	566,0	89,3 %
Financeiro	26.083.038.554	18.020.515.011	69,1 %	6.607.136.800	6.559.358.274	99,3 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 62.327.000)
A meta não foi alcançada em decorrência do processo de habilitação pela NOB SUS 01/96 ter sido encerrado em maio de 2002, em razão da substituição desta Norma pela Norma Operacional da Assistência - NOAS 01/02. A meta nacional deveria corresponder ao somatório das metas estaduais, cuja previsão era de 632 municípios habilitados na Gestão Plena do Sistema Municipal de Saúde. A meta executada correspondeu a 89% da prevista, uma vez que o total de municípios habilitados à referida condição de gestão foi de 565. A meta não foi alcançada em razão do processo de habilitação não ser compulsório, estando condicionado à demanda do gestor estadual e/ou municipal e ao cumprimento da norma operacional publicada pelo Ministério da Saúde.

No Estado de Rondônia - Fundo Nacional de Saúde (0011) Físico (11,0) Financeiro (R\$ 27.800.999)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta prevista e a realizada. Apesar de o estado de Rondônia não ter alcançado a meta física prevista, o recurso financeiro foi 100% executado em razão da concentração de serviços de assistência à saúde na maior parte dos municípios habilitados na gestão plena do sistema municipal, responsável pelo atendimento da sua população, bem como da população referenciada, sendo, em geral, pólos de referência para o atendimento especializado.

No Estado do Acre - Fundo Nacional de Saúde (0012) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 395.280)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta física prevista e a realizada.

No Estado do Amazonas - Fundo Nacional de Saúde (0013) Físico (7,0) Financeiro (R\$ 3.574.900)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta física prevista e a realizada.

No Estado de Roraima - Fundo Nacional de Saúde (0014) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 5.026.999)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta física prevista e a realizada.

No Estado do Pará - Fundo Nacional de Saúde (0015) Físico (44,0) Financeiro (R\$ 278.197.301)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta física prevista e a realizada.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto A - Atividade OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Anexo 11

Balanço Geral da União

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

36000 Ministério da Saúde

No Estado do Amapá - Fundo Nacional de Saúde (0016) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 1.364.600)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta física prevista e a realizada.

No Estado de Tocantins - Fundo Nacional de Saúde (0017) Físico (9,0) Financeiro (R\$ 14.593.599)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta física prevista e a realizada.

No Estado do Maranhão - Fundo Nacional de Saúde (0021) Físico (44,0) Financeiro (R\$ 178.519.746)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta física prevista e a realizada.

No Estado do Piauí - Fundo Nacional de Saúde (0022) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 84.006.300)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta física prevista e a realizada.

No Estado do Ceará - Fundo Nacional de Saúde (0023) Físico (29,0) Financeiro (R\$ 477.204.210)
Apesar de a meta física não ter sido 100% alcançada, a execução financeira foi próxima a 100% em razão de o Estado do Ceará ter se habilitado na condição de gestão Plena do Sistema Estadual, sendo o recurso financeiro federal repassado do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual, de forma regular e automática, para o custeio da assistência de média e de alta complexidade ambulatorial e hospitalar no SUS.

No Estado do Rio Grande do Norte - Fundo Nacional de Saúde (0024) Físico (10,0) Financeiro (R\$ 80.733.298)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta física prevista e a realizada.

No Estado da Paraíba - Fundo Nacional de Saúde (0025) Físico (8,0) Financeiro (R\$ 95.217.599)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta física prevista e a realizada.

No Estado de Pernambuco - Fundo Nacional de Saúde (0026) Físico (19,0) Financeiro (R\$ 104.084.298)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta física prevista e a realizada.

No Estado de Alagoas - Fundo Nacional de Saúde (0027) Físico (15,0) Financeiro (R\$ 178.190.010)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta física prevista e a realizada.

No Estado de Sergipe - Fundo Nacional de Saúde (0028) Físico (2,0) Financeiro (R\$ 18.077.099)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta física prevista e a realizada.

No Estado da Bahia - Fundo Nacional de Saúde (0029) Físico (19,0) Financeiro (R\$ 136.311.599)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta física prevista e a realizada.

No Estado de Minas Gerais - Fundo Nacional de Saúde (0031) Físico (57,0) Financeiro (R\$ 732.806.892)

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Anexo 11

Balanço Geral da União

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

36000 Ministério da Saúde

Apesar de a meta física não ter sido 100% alcançada, a execução financeira foi próxima a 100% em razão de o Estado de Minas Gerais ter se habilitado na condição de gestão Plena do Sistema Estadual, sendo o recurso financeiro federal repassado do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual, de forma regular e automática, para o custeio da assistência de média e de alta complexidade ambulatorial e hospitalar no SUS.

No Estado do Espírito Santo - Fundo Nacional de Saúde (0032) Físico (35,0) Financeiro (R\$ 29.639.044)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta prevista e a realizada. Apesar de o estado de Espírito Santo não ter alcançado a meta física prevista, o recurso financeiro foi 100% executado em razão da concentração de serviços de assistência à saúde na maior parte dos municípios habilitados na gestão plena do sistema municipal, responsável pelo atendimento da sua população, bem como da população referenciada, sendo, em geral, pólos de referência para o atendimento especializado.

No Estado do Rio de Janeiro - Fundo Nacional de Saúde (0033) Físico (22,0) Financeiro (R\$ 912.032.418)
Apesar de a meta física não ter sido 100% alcançada, a execução financeira foi próxima a 100% em razão de o Estado do Rio de Janeiro ter se habilitado na condição de gestão Plena do Sistema Estadual, sendo o recurso financeiro federal repassado do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual, de forma regular e automática, para o custeio da assistência de média e de alta complexidade ambulatorial e hospitalar no SUS.

No Estado de São Paulo - Fundo Nacional de Saúde (0035) Físico (161,0) Financeiro (R\$ 889.104.637)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta prevista e a realizada. Apesar de o estado de São Paulo não ter alcançado a meta física prevista, o recurso financeiro foi 100% executado em razão da concentração de serviços de assistência à saúde na maior parte dos municípios habilitados na gestão plena do sistema municipal, responsável pelo atendimento da sua população, bem como da população referenciada, sendo, em geral, pólos de referência para o atendimento especializado.

No Estado do Paraná - Fundo Nacional de Saúde (0041) Físico (13,0) Financeiro (R\$ 763.730.419)
Apesar de a meta física não ter sido 100% alcançada, a execução financeira foi próxima a 100% em razão de o Estado do Paraná ter se habilitado na condição de gestão Plena do Sistema Estadual, sendo o recurso financeiro federal repassado do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual, de forma regular e automática, para o custeio da assistência de média e de alta complexidade ambulatorial e hospitalar no SUS.

No Estado de Santa Catarina - Fundo Nacional de Saúde (0042) Físico (20,0) Financeiro (R\$ 373.883.617)
Apesar de a meta física não ter sido 100% alcançada, a execução financeira foi próxima a 100% em razão de o Estado de Santa Catarina ter se habilitado na condição de gestão Plena do Sistema Estadual, sendo o recurso financeiro federal repassado do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual, de forma regular e automática, para o custeio da assistência de média e de alta complexidade ambulatorial e hospitalar no SUS.

No Estado do Rio Grande do Sul - Fundo Nacional de Saúde (0043) Físico (11,0) Financeiro (R\$ 461.071.182)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta física prevista e a realizada.

No Estado de Mato Grosso - Fundo Nacional de Saúde (0051) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 52.751.097)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta física prevista e a realizada.

No Estado de Goiás - Fundo Nacional de Saúde (0052) Físico (15,0) Financeiro (R\$ 339.220.303)
Como a habilitação não é compulsória, o Ministério da Saúde tem adotado algumas estratégias de indução ao processo de habilitação em gestão plena, por parte dos estados e dos municípios, como implantação de determinados incentivos financeiros, e a garantia do repasse de recursos financeiros direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual e/ou Municipal para aqueles estados e municípios que se habilitam de acordo com as Normas publicadas pelo Ministério da Saúde que operacionalizam o processo de descentralização da gestão da assistência. Entretanto, a adesão a esse processo se dá de forma diferenciada entre os Estados da Federação, e em ritmos distintos, justificando a variação percentual entre a meta física prevista e a realizada.

No Distrito Federal (0053) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 152.311.050)
O Distrito Federal não possui município, tornando o produto desta ação inadequado. A meta financeira foi alcançada em razão de o Distrito Federal ter se habilitado na Gestão Plena do Sistema Estadual, passando a receber os recursos federais para o custeio da assistência de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar direto do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual, na modalidade "transferência Fundo a Fundo".

No Estado de Mato Grosso do Sul - Fundo Nacional de Saúde (0067) Físico (9,0) Financeiro (R\$ 107.182.778)
Apesar de a meta física não ter sido 100% alcançada, a execução financeira foi próxima a 100% em razão de o Estado do Mato Grosso do Sul ter se habilitado na condição de gestão Plena do Sistema Estadual, sendo o recurso financeiro federal repassado do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual, de forma regular e automática, para o custeio da assistência de média e de alta complexidade ambulatorial e hospitalar no SUS.

4307 (A) ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

Produto: PESSOA ATENDIDA

Unidade de Medida:

MILHAR

Ministério da Saúde

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 11

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

36000 Ministério da Saúde

Físico	480.356,9	392.237,8	81,7 %	115.515,0	127.819,2	110,7 %
Financeiro	21.046.705.603	15.672.579.991	74,5 %	5.696.678.200	5.648.143.216	99,1 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 57.810.600)
A meta nacional deveria corresponder ao somatório das metas estaduais, cuja previsão era de 115.524.000 pessoas atendidas pelo SUS. A meta executada superou a prevista em 42%, uma vez que o total de pessoas atendidas foi de 164.518.854. Tal crescimento deveu-se ao conjunto de medidas que vem sendo implementado pelo Ministério da Saúde no sentido de ampliar a oferta de serviços assistenciais na rede ambulatorial e hospitalar do SUS, destacando-se a implantação do Piso de Atenção Básica, a formação de Redes de Referência em áreas específicas, e a incorporação de novos procedimentos nas Tabelas de remuneração do SUS.

No Estado de Rondônia - Fundo Nacional de Saúde (0011) Físico (1.270,1) Financeiro (R\$ 47.169.998)
A superação da meta física no Estado deveu-se ao aumento da oferta de procedimentos realizados pela Rede de Serviços do SUS.

No Estado do Acre - Fundo Nacional de Saúde (0012) Físico (410,4) Financeiro (R\$ 27.342.994)
A meta física no Estado não foi alcançada em razão da sua baixa capacidade instalada de serviços de assistência à saúde.

No Estado do Amazonas - Fundo Nacional de Saúde (0013) Físico (1.947,9) Financeiro (R\$ 113.303.403)
A meta física no Estado não foi alcançada em razão da sua baixa capacidade instalada de serviços de assistência à saúde.

No Estado de Roraima - Fundo Nacional de Saúde (0014) Físico (306,3) Financeiro (R\$ 11.745.197)
A superação da meta física no Estado deveu-se ao aumento da oferta de procedimentos realizados pela Rede de Serviços do SUS.

No Estado do Amapá - Fundo Nacional de Saúde (0016) Físico (492,3) Financeiro (R\$ 16.511.999)
A superação da meta física no Estado deveu-se ao aumento da oferta de procedimentos realizados pela Rede de Serviços do SUS.

No Estado de Tocantins - Fundo Nacional de Saúde (0017) Físico (1.402,9) Financeiro (R\$ 56.858.998)
A superação da meta física no Estado deveu-se a capacidade instalada de serviços de assistência à saúde no Estado, que atende inclusive pacientes provenientes de outros estados da federação, e ao aumento da oferta de procedimentos realizados pela Rede de Serviços do SUS.

No Estado do Maranhão - Fundo Nacional de Saúde (0021) Físico (5.207,8) Financeiro (R\$ 107.895.000)
A superação da meta física no Estado deveu-se ao aumento da oferta de procedimentos realizados pela Rede de Serviços do SUS.

No Estado do Piauí - Fundo Nacional de Saúde (0022) Físico (2.627,3) Financeiro (R\$ 79.317.948)
A superação da meta física no Estado deveu-se ao aumento da oferta de procedimentos realizados pela Rede de Serviços do SUS.

No Estado do Rio Grande do Norte - Fundo Nacional de Saúde (0024) Físico (2.710,8) Financeiro (R\$ 84.272.130)
A superação da meta física no Estado deveu-se ao aumento da oferta de procedimentos realizados pela Rede de Serviços do SUS.

No Estado da Paraíba - Fundo Nacional de Saúde (0025) Físico (2.752,8) Financeiro (R\$ 112.699.533)
A superação da meta física no Estado deveu-se ao aumento da oferta de procedimentos realizados pela Rede de Serviços do SUS.

No Estado de Pernambuco - Fundo Nacional de Saúde (0026) Físico (7.227,4) Financeiro (R\$ 394.493.416)
A superação da meta física no Estado deveu-se a capacidade instalada de serviços de assistência à saúde no Estado, e ao aumento da oferta de procedimentos realizados pela Rede de Serviços do SUS.

No Estado de Sergipe - Fundo Nacional de Saúde (0028) Físico (2.055,5) Financeiro (R\$ 84.856.280)
A superação da meta física no Estado deveu-se ao aumento da oferta de procedimentos realizados pela Rede de Serviços do SUS.

No Estado da Bahia - Fundo Nacional de Saúde (0029) Físico (12.414,6) Financeiro (R\$ 597.050.826)
A superação da meta física no Estado deveu-se a capacidade instalada de serviços de assistência à saúde no Estado, e ao aumento da oferta de procedimentos realizados pela Rede de Serviços do SUS.

No Estado de Minas Gerais - Fundo Nacional de Saúde (0031) Físico (19.557,6) Financeiro (R\$ 471.052.797)
A superação da meta física no Estado deveu-se a capacidade instalada de serviços de assistência à saúde no Estado, que atende inclusive pacientes provenientes de outros estados da federação, e ao aumento da oferta de procedimentos realizados pela Rede de Serviços do SUS.

No Estado do Espírito Santo - Fundo Nacional de Saúde (0032) Físico (2.734,3) Financeiro (R\$ 155.155.526)
A meta prevista na LOA 2002 está 10 vezes maior do que a meta registrada no Espelho de Programas, documento decorrente do PPA, devendo ser alterada para 2.246.913 pessoas atendidas. A superação da meta física no Estado deveu-se ao aumento da oferta de procedimentos realizados pela Rede de Serviços do SUS.

No Estado do Rio de Janeiro - Fundo Nacional de Saúde (0033) Físico (12.778,0) Financeiro (R\$ 370.059.386)
A superação da meta física no Estado deveu-se a capacidade instalada de serviços de assistência à saúde no Estado, que atende inclusive pacientes provenientes de outros estados da federação, e ao aumento da oferta de procedimentos realizados pela Rede de Serviços do SUS.

No Estado de São Paulo - Fundo Nacional de Saúde (0035) Físico (39.139,4) Financeiro (R\$ 2.314.448.248)
A superação da meta física no Estado deveu-se a capacidade instalada de serviços de assistência à saúde no Estado, que atende inclusive pacientes provenientes de outros estados da federação, e ao aumento da oferta de procedimentos realizados pela Rede de Serviços do SUS.

No Estado do Rio Grande do Sul - Fundo Nacional de Saúde (0043) Físico (7.580,8) Financeiro (R\$ 389.370.421)
A superação da meta física no Estado deveu-se a capacidade instalada de serviços de assistência à saúde no Estado, que atende inclusive pacientes provenientes de outros estados da federação, e ao aumento da oferta de procedimentos realizados pela Rede de Serviços do SUS.

No Estado de Mato Grosso - Fundo Nacional de Saúde (0051) Físico (3.130,2) Financeiro (R\$ 107.820.997)
A superação da meta física no Estado deveu-se a capacidade instalada de serviços de assistência à saúde no Estado, e ao aumento da oferta de procedimentos realizados pela Rede de Serviços do SUS.

No Estado de Mato Grosso do Sul - Fundo Nacional de Saúde (0067) Físico (2.073,0) Financeiro (R\$ 48.907.519)
A superação da meta física no Estado deveu-se a capacidade instalada de serviços de assistência à saúde no Estado, e ao aumento da oferta de procedimentos realizados pela Rede de Serviços do SUS.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 11

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

36000 Ministério da Saúde

2101 (A) ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO ITINERANTE EM ÁREAS DESASSISTIDAS

Ministério da Saúde

Produto:	PESSOA ATENDIDA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	95.540,0	8.956,0	9,4 %	130.000,0	0,0	0,0 %
Financeiro	986.400	486.400	49,3 %	580.000	0	0,0 %

Comentários:

Atendimento Médico Especializado Itinerante no Estado do Acre (0002) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
Atendimento Médico Especializado Itinerante no Estado do Acre (0002) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)

4324 (A) COOPERAÇÃO MÚTUA COM A MARINHA BRASILEIRA PARA OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E AÇÕES DE SAÚDE NOS NAVIOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR - NASH, OSWALDO CRUZ E CARLOS CHAGAS, PARA ATENDIMENTO DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DA REGIÃO AMAZÔNICA

Ministério da Saúde

Produto:	PESSOA ATENDIDA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	68.857,0	68.857,0	100,0 %	14.000,0	18.252,0	130,4 %
Financeiro	10.992.944	6.042.944	55,0 %	4.500.000	2.999.999	66,7 %

Comentários:

Na Região Norte (0010) Físico (18.252,0) Financeiro (R\$ 2.999.999)

4302 (A) FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DA REDE PÚBLICA FEDERAL DE ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR

Ministério da Saúde

Produto:	LEITO OFERTADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	11.730,0	9.935,0	84,7 %	13.602,0	1.821,0	13,4 %
Financeiro	2.237.971.484	1.680.019.484	75,1 %	580.909.093	580.586.834	99,9 %

Comentários:

No Estado do Rio de Janeiro - Hospital Traumatolo-ortopedia - Fundo Nacional de Saúde (0003) Físico (144,0) Financeiro (R\$ 53.258.583)
Como a meta prevista no PPA 2000/2003 relacionada ao número de leitos foi super estimada, para melhor mensurar os resultados desta ação, vale destacar que, além de ter garantido a internação de 2.415 pacientes no ano de 2002, o Hospital de Traumatolo-Ortopedia desenvolveu as seguintes atividades/projetos:

CNRAC - Central Nacional de Regulação em Alta Complexidade
Consultoria técnica ao Ministério da Saúde em alta complexidade no campo de traumatolo-ortopedia. Destina-se ao atendimento dos pacientes das regiões desprovidas de meios para realização de casos complexos. Funciona também como executor de tais procedimentos na sua unidade própria, HTO.

Sistema de Credenciamento de Unidades em Alta Complexidade
Consultoria ao Ministério da Saúde para normalização do atendimento de alta complexidade em traumatolo-ortopedia e no credenciamento de unidades para realização de tais procedimentos em todo o território nacional.

Bancos de Tecidos Músculo-Esqueléticos
O Banco de Ossos do Hospital de Traumatolo-Ortopedia Dr. Mário Jorge (HTO) foi criado em 1989. É o único serviço cadastrado pelo Rio Transplante (Central de Captação do Rio de Janeiro) para retirada de ossos de doador cadáver, atuando como centro de referência nacional nesta área.

No início de 2002, o Banco passou por uma grande reforma contando com o que há de mais moderno nesta área e ampliando a sua atuação, passou a ser chamado de Banco de Tecido Músculo-Esquelético.

O Banco INTO-HTO tem por objetivo captar, processar, armazenar e fornecer tecidos músculo-esqueléticos necessários ao tratamento cirúrgico de diversas patologias tais como tumores, falhas ósseas, revisões de artroplastias, transplantes de meniscos, etc. O serviço conta com estrutura impar no Brasil, servindo de modelo para outras instituições.

O INTO presta serviços de consultoria ao Sistema Nacional de Transplantes do MS na definição de normas técnicas para criação de Bancos de Tecidos Músculo-Esqueléticos. Além disso, credencia as unidades solicitantes e supervisiona as integrantes do sistema em todo o território nacional.

No Estado do Rio de Janeiro - Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro - Fundo Nacional de Saúde (0005) Físico (420,0) Financeiro (R\$ 103.146.108)
A meta prevista está superestimada, ultrapassando inclusive a soma das metas correspondentes aos quatro anos, registradas no Espelho de Programas do PPA 2002/2003. A meta real era de 403 leitos, sendo superada em 4%, com a disponibilização de mais 17 leitos.

No Estado do Rio de Janeiro - Hospital de Cardiologia de Laranjeiras - Fundo Nacional de Saúde (0007) Físico (194,0) Financeiro (R\$ 43.875.067)
A meta prevista está superestimada, ultrapassando inclusive a soma das metas correspondentes aos quatro anos, registradas no Espelho de Programas do PPA 2002/2003. A meta real era de 138 leitos, sendo superada em 41%, com a disponibilização de mais 56 leitos, totalizando 194 leitos.

No Estado do Rio de Janeiro - Hospital de Nova Iguaçu - Fundo Nacional de Saúde (0009) Físico (216,0) Financeiro (R\$ 18.491.389)

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto A - Atividade OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 11

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

36000 Ministério da Saúde

No Estado do Pará - Hospital Universitário João de Barros Barreto - Fundo Nacional de Saúde (0019) Físico (281,0) Financeiro (R\$ 6.580.649)
No Estado do Rio Grande do Sul - Grupo Hospitalar Conceição - Fundo Nacional de Saúde (0025) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 269.500.000)
No Estado do Rio de Janeiro - Hospital Geral de Bonsucesso - Fundo Nacional de Saúde (0101) Físico (566,0) Financeiro (R\$ 85.735.038)

4375 (A) RESIDÊNCIA MÉDICA NOS HOSPITAIS DA REDE PRÓPRIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Produto:	MEDICO RESIDENTE MANTIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE			Ministério da Saúde
Físico	4.154,0	2.267,0	54,6 %	908,0	628,0	69,2 %
Financeiro	50.753.852	34.253.852	67,5 %	14.190.000	13.912.647	98,0 %

Comentários:

No Estado do Rio de Janeiro - Fundo Nacional de Saúde (0033) Físico (628,0) Financeiro (R\$ 13.912.647)
O alcance da meta física foi comprometido em razão de algumas desistências por parte dos residentes, bem como por licenças de gestação, conforme informação fornecida pelo NERJ/MS.
O elevado percentual de execução financeira se deu em função do custeio de atividades direcionadas aos residentes, como implantação da central de residência médica do SUS, organização e realização de seminários, e outras.

0006 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

GERENTE: MARIA DE LOURDES DE SOUSA MAIA

Objetivo: Prevenir e manter sob controle as doenças passíveis de imunização

3877 (P) FOMENTO À PRODUÇÃO NACIONAL EM IMUNOBIOLOGICOS

Produto:	LABORATORIO APOIADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			Ministério da Saúde
Físico	33,0	14,0	42,4 %	6,0	6,0	100,0 %
Financeiro	18.683.318	13.283.318	71,1 %	5.500.000	5.500.000	100,0 %

Comentários:

Nacional - Fundação Nacional de Saúde (0001) Físico (6,0) Financeiro (R\$ 5.500.000)

4453 (A) IMUNOBIOLOGICOS PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

Produto:	DOSE DISTRIBUIDA	Unidade de Medida:	MILHAR			Ministério da Saúde
Físico	1.316.752,0	977.971,0	74,3 %	361.960,0	261.770,0	72,3 %
Financeiro	1.009.425.111	759.425.111	75,2 %	377.400.000	377.251.631	100,0 %

Comentários:

Nacional - Fundação Nacional de Saúde (0001) Físico (261.770,0) Financeiro (R\$ 377.251.631)
Dados parciais até outubro de 2002.

A diferença entre o Valor Previsto 2002 e o Valor Atual 2002 é decorrente do impacto da variação cambial sobre as despesas com a importação de vacinas e importação de insumos para produção nacional de vacinas.

4365 (A) PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS

Produto:	DOSE PRODUZIDA	Unidade de Medida:	UNIDADE			Ministério da Saúde
Físico	365.006.350,0	365.006.350,0	100,0 %	180.000.000,0	68.499.560,0	38,1 %
Financeiro	31.888.286	9.168.286	28,8 %	6.500.000	5.220.653	80,3 %

Comentários:

Nacional - Fundação Oswaldo Cruz (0001) Físico (68.499.560,0) Financeiro (R\$ 5.220.653)
Esta ação é decorrente das previsões originais do PPA 2000-2003, sendo que suas metas físicas foram construídas com a previsão de investimentos para ampliação da capacidade de produção do Laboratório de Biomanguinhos da Fiocruz, o que não se confirmou neste período de vigência do PPA. Outro aspecto importante na época do estabelecimento dessa meta é a avaliação dos impactos das condições de conservação e na envasagem de alguns imunobiológicos, sobre as perdas técnicas de doses de vacina. Um exemplo desse impacto pode ser facilmente percebido no caso da vacina contra a febre amarela, que era apresentada em frasco de 50 doses pelas dificuldades de transporte e armazenagem à frio, e que em muitos casos provocavam uma perda de mais de 90% das doses após a abertura do frasco. Os avanços na redução de perdas e na otimização no uso dessas vacinas fizeram com que as perdas técnicas fossem severamente reduzidas à partir dos avanços nas condições de segurança das vacinas, na ampliação da rede de frio para armazenagem e de mudanças na envasagem. Muito embora a ocorrência de todos esses fatos, não houve uma revisão nas metas físicas originais,

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto A - Atividade OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 11

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

36000 Ministério da Saúde

fazendo com que os resultados apontem para uma discrepância que é resultante dessa desatualização da meta física originalmente prevista. Ainda para essa ação, é de fundamental importância o esclarecimento de que seus dados financeiros são referentes à uma pequena parcela dos custos de produção da meta física. A maior parte dos custos de produção são cobertos pela compra das vacinas pelo Programa Nacional de Imunizações, não podendo haver a interpretação de que apenas os modestos dados financeiros desta ação sejam correspondentes aos custos de produção realizados.

Os dados financeiros desta ação não correspondem ao custo final do total de doses produzidas (físico realizado).

4383 (A) VACINAÇÃO DA POPULAÇÃO

Produto:	DOSE APLICADA	Unidade de Medida:	MILHAR			Ministério da Saúde
Físico	677.444,0	516.704,0	76,3 %	165.700,0	157.209,0	94,9 %
Financeiro	128.338.332	109.138.332	85,0 %	32.400.000	28.165.438	86,9 %

Comentários:

Nacional - Fundação Nacional de Saúde (0001) Físico (157.209,0) Financeiro (R\$ 28.165.438)
Dados parciais até outubro de 2002. Os resultados finais de 2002 vão depender da conclusão do processamento das informações de doses aplicadas em novembro e dezembro nos 5600 municípios.

0003 PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E DA AIDS

GERENTE: PAULO ROBERTO TEIXEIRA

Objetivo: Reduzir a incidência da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana - HIV e de outras doenças sexualmente transmissíveis - DSTs e ampliar o acesso e qualidade do diagnóstico, tratamento e assistência aos portadores das DSTs e HIV/Aids

4370 (A) ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS PORTADORES DA SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS E DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST

Produto:	PACIENTE ATENDIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE			Ministério da Saúde
Físico	480.249,0	334.179,0	69,6 %	139.500,0	127.179,0	91,2 %
Financeiro	2.199.774.972	1.683.774.972	76,5 %	615.000.000	611.869.976	99,5 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (127.179,0) Financeiro (R\$ 611.869.976)
O não atingimento da meta prevista, indica maiores ganhos para o Programa. Fazendo-se a média por paciente, dos valores gastos e os pacientes atendidos, resulta em R\$4.811,00 por paciente. Conforme informações, não houve paciente que demandou os ARV - Anti-Retrovirais e que não tenha sido atendido. O não atingimento da meta prevista de 131.000 pacientes, com atendimento de menos 3.821 pacientes representa uma economia de R\$ 18.382.831,00. Essa economia cresce mais ainda quando se correlaciona com o quantitativo previsto originalmente no PPA de 139.500 pacientes. Este resultado de atendimento de 127.179 pacientes em 2002, indica ótimos resultados do trabalho da Coordenação Nacional de DST e Aids/Ministério da Saúde, uma vez que a velocidade e o crescimento da epidemia estão diminuindo, resultantes das ações implementadas. Esta política de atendimento aos pacientes com ARV, tem proporcionado melhoria de vida e aumento da sobrevida, assim como evitado muitas internações hospitalares e outras demandas dos pacientes, que ao longo dos últimos seis anos do uso dos ARV, permitiu uma economia ao sistema de saúde de mais de US\$ 2,0 bilhões. (Ver outros comentários na Avaliação já realizada)

Houve recomposição orçamentária (crédito suplementar de R\$ 99,0 milhões), para a Ação, permitindo o atendimento de toda a demanda por medicamentos ARV. Os valores financeiros gastos, envolvem a aquisição de mais de 10 tipos diferentes de antiretrovirais (ARV), alguns importados, cotados em dólares, resultando em disparidade de preços e aumentos em função da taxa de câmbio. Na quantificação física de pacientes, as informações indicam que foram atendidos 100% de todos os que demandaram os ARV, e somam 127.179 pacientes em 2002.

4309 (A) ATENDIMENTO DO DISQUE-AIDS

Produto:	PESSOA ATENDIDA	Unidade de Medida:	UNIDADE			Ministério da Saúde
Físico	13.992.640,0	7.843.943,0	56,1 %	1.500.000,0	3.092.640,0	206,2 %
Financeiro	4.639.990	3.639.990	78,4 %	1.600.000	1.600.000	100,0 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (3.092.640,0) Financeiro (R\$ 1.600.000)
O atendimento do Disque Aids é realizado centralizadamente em Brasília-DF, na sede da coordenação nacional, utilizando estudantes da área de saúde.
100% realizada

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 11

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

36000 Ministério da Saúde

3878 (P) CAMPANHA EDUCATIVA DE PREVENÇÃO DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST E DA SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS

Produto: CAMPANHA REALIZADA

Unidade de Medida:

UNIDADE

Ministério da Saúde

Físico	80,0	56,0	70,0 %	18,0	13,0	72,2 %
Financeiro	52.836.494	52.836.494	100,0 %	17.208.000	17.080.000	99,3 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (12,0) Financeiro (R\$ 17.000.000)
As campanhas nacionais são realizadas centralizadamente pelo Ministério da Saúde, com distribuição de material informativo para todos os estados e municípios executores e conveniados em DST e Aids. Esta ação é de responsabilidade do Ministério da Saúde/MS-Coordenação Nacional de DST e Aids e foi 100% executada física e financeiramente. As demais abaixo não são de responsabilidade direta do MS.

Esta ação utiliza recursos exclusivos de fonte nacional federal, não sendo financiada com recursos do BIRD, pelo Acordo de Empréstimo BIRD 4392 BR - Projeto Aids II, sendo contrapartida nacional.

Campanha Educativa - DST/AIDS - Pirai - RJ (0004) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 80.000)

Esta ação foi realizada, pois trata-se de emenda de congressista ao orçamento 2002, tendo sido viabilizado o repasse de recursos, via convênio, para o município, para a execução da ação.

Recursos repassados para a Prefeitura Municipal, realizar a ação, proposta e aprovada mediante emenda de parlamentar ao orçamento 2002.

Campanha Educativa - DST/AIDS no Estado de Minas Gerais (0014) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)

Esta ação não foi realizada, pois trata-se de emenda de congressista ao orçamento 2002. Não foi viabilizado o repasse de recursos, via convênio, para o Estado de MG, para a execução da ação.

Esta ação não foi realizada, pois trata-se de emenda de congressista ao orçamento 2002. Não foi viabilizado o repasse de recursos, via convênio, para o Estado de MG, para a execução da ação.

Campanha Educativa - DST/AIDS no Meio Rural - Nacional (0016) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)

Esta ação não foi realizada, pois trata-se de emenda de congressista ao orçamento 2002. Não foi viabilizado o repasse de recursos, para a execução da ação.

Esta ação não foi realizada, pois trata-se de emenda de congressista ao orçamento 2002. Não foi viabilizado o repasse de recursos, para a execução da ação.

3880 (P) CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST E DO VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA - HIV/SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS

Produto: PESSOA CAPACITADA

Unidade de Medida:

UNIDADE

Ministério da Saúde

Físico	62.601,0	62.601,0	100,0 %	20.000,0	25.610,0	128,1 %
Financeiro	52.956.577	51.526.577	97,3 %	22.550.000	22.335.487	99,0 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (25.610,0) Financeiro (R\$ 22.335.487)
As ações são realizadas pela Coordenação Nacional e pelos 26 estados, Distrito Federal e 150 municípios conveniados.

Os recursos não empenhados, foram devido a falta de teto financeiro para o Ministério da Saúde ao longo do ano.

4327 (A) DIAGNÓSTICO E ACOMPANHAMENTO EM DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST, VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA E SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA- HIV/AIDS NOS LABORATÓRIOS DA REDE PÚBLICA

Produto: DIAGNOSTICO EFETUADO

Unidade de Medida:

UNIDADE

Ministério da Saúde

Físico	10.934.823,0	9.778.926,0	89,4 %	3.000.000,0	4.562.965,0	152,1 %
Financeiro	92.224.405	82.294.405	89,2 %	47.692.000	46.017.594	96,5 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (4.562.965,0) Financeiro (R\$ 46.017.594)

O diagnóstico do HIV é descentralizado e realizado pelos laboratórios estaduais e municipais. A rede nacional de laboratórios tem atendido a demanda, e será lançada campanha nacional para orientar as pessoas a realizarem o diagnóstico.

Os recursos são descentralizados para os estados e municípios. Devido a falta de teto para empenho e financeiro para o Ministério da Saúde, não houve condições de execução total do orçamento.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 11

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

36000 Ministério da Saúde

3897 (P) ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST E DO VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA - HIV/SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS

Ministério da Saúde

Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	95,0	56,0	58,9 %	25,0	25,0	100,0 %
Financeiro	14.158.778	13.158.778	92,9 %	6.300.000	6.291.699	99,9 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (25,0) Financeiro (R\$ 6.291.699)
Esta ação é de fundamental importância para o programa, uma vez que atende as pessoas que estão vivendo com HIV/Aids, promovendo a assistência e o tratamento adequados para os usuários dos respectivos serviços de saúde.

Esta ação recebeu quase 100% dos recursos financeiros previstos.

3910 (P) IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS ALTERNATIVOS ASSISTENCIAIS - HOSPITAL-DIA, ATENDIMENTO DOMICILIAR E AMBULATORIAL ESPECIAL - PARA DOENTES COM VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA - HIV E SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS

Ministério da Saúde

Produto: AIDS-SERVICO IMPLANTADO Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	721,0	480,0	66,6 %	200,0	200,0	100,0 %
Financeiro	64.971.019	58.061.019	89,4 %	31.379.000	31.131.550	99,2 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (200,0) Financeiro (R\$ 31.131.550)

A realização de eventos técnicos é uma ação prioritária e de importância fundamental para o Programa, uma vez que permite a capacitação e reciclagem de técnicos das diversas áreas e populações alvo atendidas, de profissionais de saúde, e de multiplicadores que atuam diretamente com as populações, em trabalhos de prevenção e de assistência e tratamento das DST e do HIV/Aids.

A ação recebeu os recursos conforme previstos e aprovados pelo orçamento e pelo crédito suplementar.

3943 (P) PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST E DA SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS

Ministério da Saúde

Produto: EVENTO REALIZADO Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	80,0	80,0	100,0 %	30,0	32,0	106,7 %
Financeiro	5.543.324	5.043.324	91,0 %	2.900.000	2.828.357	97,5 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (32,0) Financeiro (R\$ 2.828.357)

A realização de eventos técnicos é uma ação prioritária e de importância fundamental para o Programa, uma vez que permite a capacitação e reciclagem de técnicos das diversas áreas e populações alvo atendidas, de profissionais de saúde, e de multiplicadores que atuam diretamente com as populações, em trabalhos de prevenção e de assistência e tratamento das DST e do HIV/Aids.

As limitações de tetos de empenhos e financeiros ocorridos a partir de agosto/2002, limitou a execução total do orçamento aprovado.

3954 (P) PROMOÇÃO DE PRÁTICAS SEGURAS SOBRE PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST, E DO VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA - HIV/SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS

Ministério da Saúde

Produto: GRUPO ATENDIDO Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	100,0	87,0	87,0 %	30,0	40,0	133,3 %
Financeiro	159.678.337	139.678.337	87,5 %	58.031.000	56.031.721	96,6 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (40,0) Financeiro (R\$ 56.031.721)

Esta ação representa a principal diretriz da prevenção das DST e do HIV. A promoção de práticas de sexo seguro, envolve principalmente o uso de preservativos masculinos e femininos, e a realização de orientações do seu uso. Foram adquiridos em 2002, um quantitativo de 300 milhões de unidades de preservativos masculinos, e de 4 milhões de preservativos femininos, os quais são entregues parceladamente por lotes, que são devidamente testados e aprovados para utilização.

A ação teve pouca limitação de empenho e financeira na sua execução.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 11

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

36000 Ministério da Saúde

0001 SAÚDE DA FAMÍLIA

GERENTE: HELOÍZA MACHADO DE SOUZA

Objetivo: Ampliar o acesso da população aos serviços básicos de saúde tendo as equipes de Saúde da Família como eixo estruturante

0587 (OE) ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BÁSICO REFERENTE À PARTE FIXA DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, NOS MUNICÍPIOS EM GESTÃO PLENA DA ATENÇÃO BÁSICA

Ministério da Saúde

Produto: POPULACAO COBERTA Unidade de Medida: MILHAR

Físico	2.329.302,2	499.216,9	21,4 %	172.462,0	166.044,1	96,3 %
Financeiro	7.380.769.030	5.380.769.030	72,9 %	1.891.766.200	1.864.309.709	98,5 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 17.200.001)
No Estado de Rondônia - Fundo Nacional de Saúde (0011) Físico (1.407,9) Financeiro (R\$ 14.192.000)
No Estado do Acre - Fundo Nacional de Saúde (0012) Físico (574,4) Financeiro (R\$ 5.699.360)
No Estado do Amazonas - Fundo Nacional de Saúde (0013) Físico (2.900,2) Financeiro (R\$ 29.441.000)
No Estado de Roraima - Fundo Nacional de Saúde (0014) Físico (337,2) Financeiro (R\$ 3.525.443)
No Estado do Pará - Fundo Nacional de Saúde (0015) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 65.360.850)
No Estado do Amapá - Fundo Nacional de Saúde (0016) Físico (498,7) Financeiro (R\$ 5.310.051)
No Estado de Tocantins - Fundo Nacional de Saúde (0017) Físico (1.184,9) Financeiro (R\$ 13.521.387)
No Estado do Maranhão - Fundo Nacional de Saúde (0021) Físico (5.730,5) Financeiro (R\$ 63.843.000)
No Estado do Piauí - Fundo Nacional de Saúde (0022) Físico (2.873,0) Financeiro (R\$ 36.010.416)
No Estado do Ceará - Fundo Nacional de Saúde (0023) Físico (7.547,6) Financeiro (R\$ 84.337.999)
No Estado do Rio Grande do Norte - Fundo Nacional de Saúde (0024) Físico (2.815,2) Financeiro (R\$ 30.139.000)
No Estado da Paraíba - Fundo Nacional de Saúde (0025) Físico (3.468,6) Financeiro (R\$ 39.165.000)
No Estado de Pernambuco - Fundo Nacional de Saúde (0026) Físico (8.008,2) Financeiro (R\$ 96.111.999)
No Estado de Alagoas - Fundo Nacional de Saúde (0027) Físico (2.856,6) Financeiro (R\$ 31.930.000)
No Estado de Sergipe - Fundo Nacional de Saúde (0028) Físico (1.817,3) Financeiro (R\$ 21.087.154)
No Estado da Bahia - Fundo Nacional de Saúde (0029) Físico (13.214,1) Financeiro (R\$ 135.775.279)
No Estado de Minas Gerais - Fundo Nacional de Saúde (0031) Físico (18.127,1) Financeiro (R\$ 199.085.575)
No Estado do Espírito Santo - Fundo Nacional de Saúde (0032) Físico (3.155,0) Financeiro (R\$ 33.453.000)
No Estado do Rio de Janeiro - Fundo Nacional de Saúde (0033) Físico (14.558,5) Financeiro (R\$ 148.973.999)
No Estado de São Paulo - Fundo Nacional de Saúde (0035) Físico (37.630,1) Financeiro (R\$ 389.998.000)
No Estado do Paraná - Fundo Nacional de Saúde (0041) Físico (9.694,7) Financeiro (R\$ 112.814.199)
No Estado de Santa Catarina - Fundo Nacional de Saúde (0042) Físico (5.448,7) Financeiro (R\$ 56.902.999)
No Estado do Rio Grande do Sul - Fundo Nacional de Saúde (0043) Físico (10.309,8) Financeiro (R\$ 101.679.998)
No Estado de Mato Grosso - Fundo Nacional de Saúde (0051) Físico (2.560,6) Financeiro (R\$ 29.941.000)
No Estado de Goiás - Fundo Nacional de Saúde (0052) Físico (5.116,5) Financeiro (R\$ 53.896.000)
No Distrito Federal (0053) Físico (2.097,4) Financeiro (R\$ 22.266.000)
No Estado de Mato Grosso do Sul - Fundo Nacional de Saúde (0067) Físico (2.111,0) Financeiro (R\$ 22.649.000)

3851 (P) CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ATENÇÃO BÁSICA - SAÚDE DA FAMÍLIA

Ministério da Saúde

Produto: PESSOA CAPACITADA Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	969.192,0	750.600,0	77,4 %	150.000,0	556.600,0	371,1 %
Financeiro	23.209.574	13.209.574	56,9 %	7.100.000	4.303.577	60,6 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (556.600,0) Financeiro (R\$ 4.303.577)

7839 (P) ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DA SAÚDE DA FAMÍLIA

Ministério da Saúde

Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	60,0	30,8	51,3 %	10,0	4,0	40,0 %
Financeiro	4.995.010	2.495.010	50,0 %	500.000	395.282	79,1 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (4,0) Financeiro (R\$ 395.282)

4456 (A) IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Ministério da Saúde

Produto: POPULACAO BENEFICIADA Unidade de Medida: UNIDADE

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 11

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

36000 Ministério da Saúde

Físico	193.652.794,0	118.617.589,0	61,3 %	83.469.302,0	90.690.464,0	108,7 %
Financeiro	15.794.342	7.154.342	45,3 %	23.337.000	1.928.988	8,3 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (90.690.464,0) Financeiro (R\$ 1.880.988)
Implementação das Ações de Saúde da Família - Castanheiras - RO (0004) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
Implementação das Ações de Saúde da Família - Castanheiras - RO (0004) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 48.000)

0589 (OE) INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA

Produto: EQUIPE DE SAUDE DA FAMILIA MANT Unidade de Medida: UNIDADE *Ministério da Saúde*

Físico	87.517,0	57.238,0	65,4 %	20.001,0	33.396,0	167,0 %
Financeiro	4.622.212.657	2.942.212.657	63,7 %	1.353.600.000	1.318.012.554	97,4 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (16.698,0) Financeiro (R\$ 4.333.826)
No Estado de Rondônia - Fundo Nacional de Saúde (0011) Físico (110,0) Financeiro (R\$ 8.443.378)
No Estado do Acre - Fundo Nacional de Saúde (0012) Físico (77,0) Financeiro (R\$ 7.705.696)
No Estado do Amazonas - Fundo Nacional de Saúde (0013) Físico (283,0) Financeiro (R\$ 31.843.865)
No Estado de Roraima - Fundo Nacional de Saúde (0014) Físico (70,0) Financeiro (R\$ 5.577.240)
No Estado do Pará - Fundo Nacional de Saúde (0015) Físico (366,0) Financeiro (R\$ 39.777.567)
No Estado do Amapá - Fundo Nacional de Saúde (0016) Físico (28,0) Financeiro (R\$ 4.465.752)
No Estado de Tocantins - Fundo Nacional de Saúde (0017) Físico (258,0) Financeiro (R\$ 18.057.190)
No Estado do Maranhão - Fundo Nacional de Saúde (0021) Físico (549,0) Financeiro (R\$ 58.455.830)
No Estado do Piauí - Fundo Nacional de Saúde (0022) Físico (704,0) Financeiro (R\$ 54.391.464)
No Estado do Ceará - Fundo Nacional de Saúde (0023) Físico (1.217,0) Financeiro (R\$ 94.387.073)
No Estado do Rio Grande do Norte - Fundo Nacional de Saúde (0024) Físico (451,0) Financeiro (R\$ 40.777.100)
No Estado da Paraíba - Fundo Nacional de Saúde (0025) Físico (777,0) Financeiro (R\$ 60.308.500)
No Estado de Pernambuco - Fundo Nacional de Saúde (0026) Físico (1.158,0) Financeiro (R\$ 91.357.681)
No Estado de Alagoas - Fundo Nacional de Saúde (0027) Físico (594,0) Financeiro (R\$ 43.864.900)
No Estado do Sergipe - Fundo Nacional de Saúde (0028) Físico (387,0) Financeiro (R\$ 28.171.750)
No Estado da Bahia - Fundo Nacional de Saúde (0029) Físico (862,0) Financeiro (R\$ 91.932.581)
No Estado de Minas Gerais - Fundo Nacional de Saúde (0031) Físico (2.061,0) Financeiro (R\$ 146.205.267)
No Estado do Espírito Santo - Fundo Nacional de Saúde (0032) Físico (318,0) Financeiro (R\$ 27.512.908)
No Estado do Rio de Janeiro - Fundo Nacional de Saúde (0033) Físico (814,0) Financeiro (R\$ 59.916.408)
No Estado de São Paulo - Fundo Nacional de Saúde (0035) Físico (1.774,0) Financeiro (R\$ 118.984.999)
No Estado do Paraná - Fundo Nacional de Saúde (0041) Físico (1.071,0) Financeiro (R\$ 80.768.000)
No Estado de Santa Catarina - Fundo Nacional de Saúde (0042) Físico (882,0) Financeiro (R\$ 61.859.091)
No Estado do Rio Grande do Sul - Fundo Nacional de Saúde (0043) Físico (470,0) Financeiro (R\$ 32.010.000)
No Estado de Mato Grosso - Fundo Nacional de Saúde (0051) Físico (344,0) Financeiro (R\$ 25.358.690)
No Estado de Goiás - Fundo Nacional de Saúde (0052) Físico (811,0) Financeiro (R\$ 63.029.500)
No Distrito Federal (0053) Físico (40,0) Financeiro (R\$ 2.898.330)
No Estado de Mato Grosso do Sul - Fundo Nacional de Saúde (0069) Físico (222,0) Financeiro (R\$ 15.617.968)

3932 (P) PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE ATENÇÃO BÁSICA - SAÚDE DA FAMÍLIA

Produto: EVENTO REALIZADO Unidade de Medida: UNIDADE *Ministério da Saúde*

Físico	71,0	65,0	91,5 %	15,0	38,0	253,3 %
Financeiro	1.617.550	917.550	56,7 %	700.000	325.020	46,4 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Saúde (0001) Físico (38,0) Financeiro (R\$ 325.020)

0066 VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO

GERENTE: JORGE ALEXANDRE SILVESTRE

Objetivo: Promover a valorização da pessoa idosa no que concerne à sua saúde, independência funcional e assistência social

2560 (A) ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA DO ABRIGO CRISTO REDENTOR

Produto: PESSOA IDOSA ATENDIDA Unidade de Medida: UNIDADE *Ministério da Previdência e Assistência Social*

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 11

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

36000 Ministério da Saúde

Físico	1.575,0	755,0	47,9 %	410,0	345,0	84,1 %
Financeiro	11.800.000	8.800.000	74,6 %	3.000.000	3.000.000	100,0 %

Comentários:

No Município do Rio de Janeiro - RJ (0005) Físico (345,0) Financeiro (R\$ 3.000.000)
A Fundação Abrigo Cristo Redentor dispõe de uma capacidade instalada de 430 idosos. A meta vem diminuindo em consequência da implementação de novas modalidades de atendimento à saber – Centro Dia e Centro de Convivência. Além desta questão vem se realizando readaptação e reforma das instalações físicas da instituição, além do registro de óbitos de idosos.

2559 (A) ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA EM SITUAÇÃO DE POBREZA

Produto:	PESSOA IDOSA ATENDIDA	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Previdência e Assistência Social		
Físico	1.748.741,0	599.325,0	34,3 %	353.022,0	306.343,0	86,8 %
Financeiro	106.299.845	71.151.804	66,9 %	39.723.431	37.086.368	93,4 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Assistência Social (0001) Físico (306.343,0) Financeiro (R\$ 2.260.738)
Os Serviços de Ação Continuada sofreram queda no atendimento em consequência de problemas relativos a questões de gestão no que se refere a burocracia, ou seja, CND vencida no âmbito dos Estados e Municípios, atraso na prestação de contas por parte das Entidades Sociais, mudança na rede prestadora de serviços, atraso na liberação de recursos financeiros por parte das três esferas da federação.

Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza - Santa Cruz - RN (0002) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 100.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza - Lar dos Velhinhos Maria Madalena - Núcleo Bandeirante - DF (0004) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 100.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza - Navegantes - SC (0006) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 30.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza - Bento Fernandes - RN (0008) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 25.000)
No Estado de Rondônia - Fundo Nacional de Assistência Social (0011) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 213.598)
No Estado do Acre - Fundo Nacional de Assistência Social (0012) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 33.458)
No Estado do Amazonas - Fundo Nacional de Assistência Social (0013) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 195.686)
No Estado de Roraima - Fundo Nacional de Assistência Social (0014) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 58.081)
No Estado do Pará - Fundo Nacional de Assistência Social (0015) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 809.120)
No Estado do Amapá - Fundo Nacional de Assistência Social (0016) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 48.268)
No Estado de Tocantins - Fundo Nacional de Assistência Social (0017) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 186.714)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza - São Vicente - SP (0018) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 40.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza na Associação Beneficente Cristã - Rio de Janeiro - RJ (0020) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 100.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza - Associação Beneficente Cristã - Rio de Janeiro - RJ (0020) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 100.000)
No Estado do Ceará - Fundo Nacional de Assistência Social (0021) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 668.777)
No Estado do Piauí - Fundo Nacional de Assistência Social (0022) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 417.812)
No Estado do Ceará - Fundo Nacional de Assistência Social (0023) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 1.306.256)
No Estado do Rio Grande do Norte - Fundo Nacional de Assistência Social (0024) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 1.471.461)
No Estado da Paraíba - Fundo Nacional de Assistência Social (0025) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 351.177)
Atendimento à Pessoa Idosa do Instituto Amantino Câmara - Mossoró - RN (0026) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 50.000)
No Estado de Alagoas - Fundo Nacional de Assistência Social (0027) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 312.415)
No Estado de Sergipe - Fundo Nacional de Assistência Social (0028) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 404.390)
No Estado da Bahia - Fundo Nacional de Assistência Social (0029) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 1.356.619)
Atendimento à Pessoa Idosa pela Associação Promocional do Ancião Dr. João Meira de Menezes - João Pessoa - PB (0030) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 50.000)
No Estado de Minas Gerais - Fundo Nacional de Assistência Social (0031) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 3.263.965)
No Estado do Espírito Santo - Fundo Nacional de Assistência Social (0032) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 713.747)
No Estado do Rio de Janeiro - Fundo Nacional de Assistência Social (0033) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 1.197.552)
Manutenção do Asilo João Kuhl Filho - Limeira - SP (0034) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 90.000)
No Estado de São Paulo - Fundo Nacional de Assistência Social (0035) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 6.052.798)
Manutenção do Lar dos Velhinhos de S. Vicente de Paulo - Americana - SP (0040) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 50.000)
No Estado do Paraná - Fundo Nacional de Assistência Social (0041) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 3.276.335)
No Estado de Santa Catarina - Fundo Nacional de Assistência Social (0042) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 2.669.553)
No Estado do Rio Grande do Sul - Fundo Nacional de Assistência Social (0043) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 2.248.133)
Manutenção da Associação Barbarense das Damas de Caridade (Asilo S. Vicente Paula) - Santa Bárbara D'Oeste - SP (0044) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 40.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza no Lar Evangélico das Assembléias de Deus - Aracaju - SE (0046) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 25.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza - Nos Municípios do Estado de São Paulo (0048) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 100.000)
No Estado de Mato Grosso do Sul - Fundo Nacional de Assistência Social (0049) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 803.162)
Atendimento à Pessoa Idosa no Instituto São Vicente de Paula - Campina Grande - PB (0050) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 30.000)
No Estado de Mato Grosso - Fundo Nacional de Assistência Social (0051) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 875.353)
No Estado de Goiás - Fundo Nacional de Assistência Social (0052) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 1.163.207)
No Distrito Federal (0053) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 189.474)
Assistência Financeira à Manutenção do Asilo da Sociedade Espírita Boa Nova - Catanduva - SP (0054) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 50.000)
Manutenção de Asilo (Lar São Vicente de Paulo) - Taquarituba - SP (0056) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 50.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza Centro de Recuperação e Assist. Social (CRASI) - Itaúna - MG (0058) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 60.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza - São Paulo - SP (0060) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 40.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza - Sorocaba - SP (0062) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 150.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza - Curitiba - PR (0064) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 100.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza - Nos Municípios do Estado de Minas Gerais (0066) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 50.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza - Belo Horizonte - MG (Bairro 1º de Maio) (0068) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
Manutenção do Lar São Vicente de Paulo - Altinópolis - SP (0070) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 70.000)
Manutenção das Obras Sociais Nossa Senhora Achiropita - São Paulo - SP (0072) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 100.000)

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto A - Atividade OE - Operações Especiais

GERENTES ATÉ 31/12/2002

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2003



Balanço Geral da União

Anexo 11

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Órgão:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
Programa:						
Ação:						

Valores em R\$ 1,00

36000 Ministério da Saúde

Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza - Sousa - PB (0074) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 20.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza - Santa Rosa do Purus - AC (0076) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 50.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza - Pedras Grandes - SC (0078) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 40.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza pela Fundação Boas Novas - No Estado do Pará (0080) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 105.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza pela Fundação Boas Novas - Belém - PA (0082) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 105.000)
Assistência Financeira ao Asilo São Vicente - Cruzeiro - SP (0084) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 30.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza pelo Lar São Vicente de Paulo - Osvaldo Cruz - SP (0088) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 30.000)
Assistência Financeira a Pousada Bom Samaritano - Dracena - SP (0090) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 30.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobr. pelo Lar São Vicente de Paulo - Santa Cruz do Rio Pardo - SP (0092) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 30.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza pela Fundação Boas Novas - Manaus - AM (0094) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 250.000)
Manutenção do Lar São Vicente de Paulo - Batatais - SP (0096) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 30.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza pelo Asilo São Vicente de Paulo - Dois Córregos - SP (0112) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 75.000)
Atendimento à Pessoa Idosa pela Assistência Social Santa Terezinha - Campina Grande - PB (0116) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 30.000)
No Estado do Pernambuco - Fundo Nacional de Assistência Social (0123) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 1.838.519)
Manutenção da Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação - Florianópolis - SC (0124) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 50.000)
Manutenção da Sociedade São Vicente de Paulo, Mantenedora do Abrigo S. V. de Paulo - Ouro Fino - MG (0126) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 50.000)
Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza - Ubá - MG (0128) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 150.000)
Manutenção do Abrigo de São Lourenço - Jaú - SP (0130) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
Manutenção do Centro de Idoso do Lar São Vicente de Paulo - Avaré - SP (0132) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 75.000)
Manut. do C. Idoso do Conselho Particular de Bandeirantes - Sociedade São Vicente de Paula - Bandeirantes - PR (0134) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 50.000)

0573 (OE) PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA IDOSA - LOAS

Produto:	PESSOA ATENDIDA	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Previdência e Assistência Social		
Físico	1.421.958,0	1.025.855,0	72,1 %	530.177,0	584.597,0	110,3 %
Financeiro	4.282.450.967	2.826.113.818	66,0 %	1.279.882.573	1.279.882.573	100,0 %

Comentários:

Nacional - Fundo Nacional de Assistência Social (0001) Físico (584.597,0) Financeiro (R\$ 1.279.882.573)
O Benefício de Prestação Continuada extrapolou a meta prevista em consequência da grande demanda apresentada pela população idosa em estado vulnerabilidade social.

0561 (OE) PAGAMENTO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA POR IDADE

Produto:	PESSOA IDOSA ATENDIDA	Unidade de Medida:	UNIDADE	Ministério da Previdência e Assistência Social		
Físico	975.202,0	423.540,0	43,4 %	260.353,0	140.313,0	53,9 %
Financeiro	2.499.569.955	1.791.692.000	71,7 %	615.348.381	615.348.381	100,0 %

Comentários:

Nacional - Fundo do Regime Geral de Previdência Social (0001) Físico (140.313,0) Financeiro (R\$ 615.348.381)
A Renda Mensal Vitalícia tende a diminuir anualmente em consequência do elevado número de óbitos de idosos bem como pela não inclusão de novas pessoas idosas ao sistema após a promulgação da Lei 8742/93 que institui o benefício de prestação continuada.